



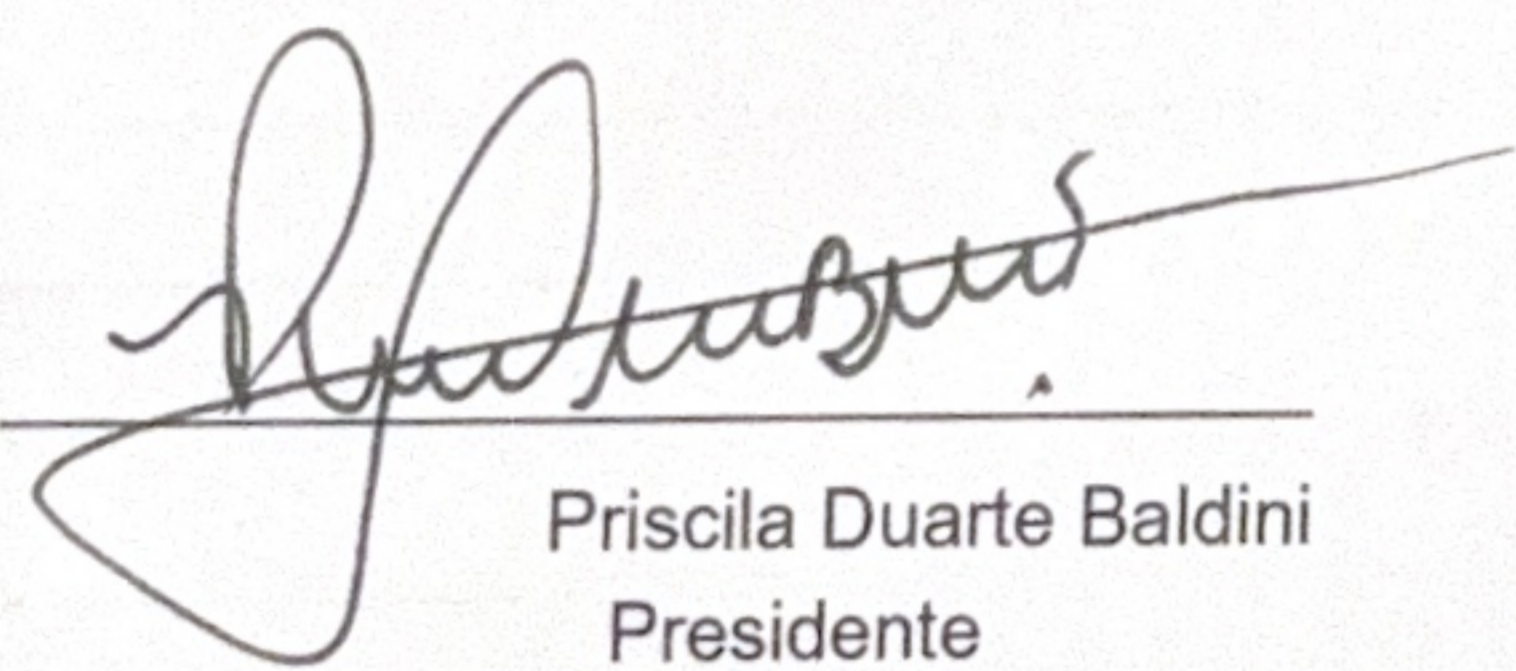
CACS-FUNDEB

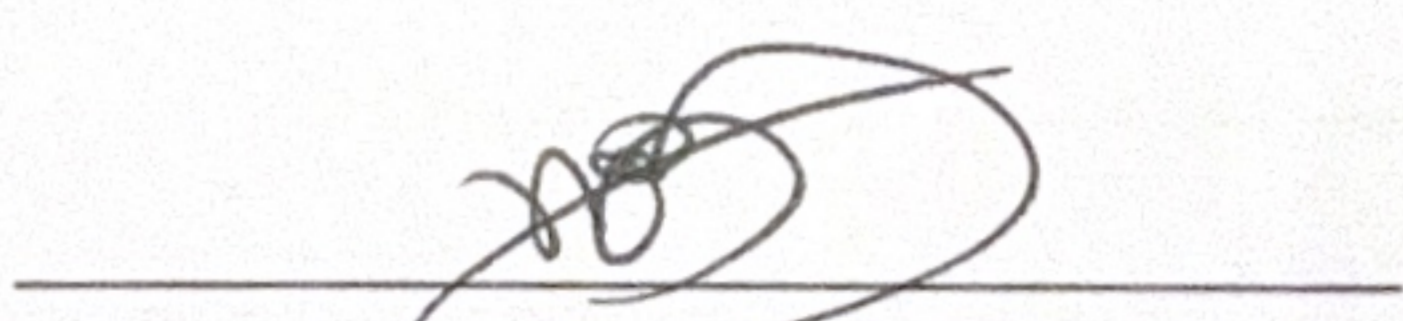
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

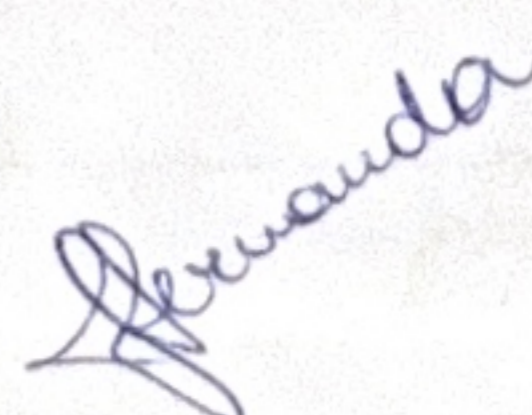
Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Controle e Acompanhamento Social do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica, Cacs Fundeb na sala dos professores da escola Wladimir Costa, rua Arlete Aparecida de Moraes Lopes, 220 – Centro, para tratar dos assuntos disponibilizados na pauta entregue: Leitura, votação e assinatura da ata anterior; Comunicação da Presidência; Comunicação dos Segmentos; Comunicações Recebidas e expedidas;

Ordem do Dia; **Palavra livre;** A presidente, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, informando que a sala do CMDCA não estava disponível, por isso esta sendo realizado na EM Wladimir Costas, a mesma informou que solicitou melhor organização do espaço para as reuniões por parte da SME, em ato contínuo mencionou a alteração na Portaria dos membros do FUNDEB, na qual foram substituídos os representantes do governo Marília e Gerson, por Vanessa como titular e Ariana como suplente, dando boas vindas aos novos membros. Ato contínuo, fez uma breve apresentação dos membros e segmentos questionando se havia alguma demanda dos representantes do governo e dos demais, tendo um questionamento do representante dos diretores Rodrigo Alves da Silva, que pediu esclarecimentos sobre o pagamento, referente a previsão sobre o próximo do pagamento? Se há algum esclarecimento sobre os atrasos, que gostaria de entender melhor essa situação, considerando que é uma demanda grande da escola e também dos gestores, pois tem sido um transtorno essa situação. A presidente informa que através dos extratos acompanhado não há valores suficiente para pagamentos de salários de todos, que em uma conversa informal com a secretária da educação foi informada que levará alguns meses para essa regularização, porém o conselheiro Maurício Morando entende que não há possibilidade de sanar essa situação nos próximos meses, considerando que hoje tem em conta um milhão de reais e dia vinte e oito do próximo mês tem previsão de mais um milhão de reais, faltando um milhão e duzentos para completar a folha de pagamento. Explanou-se brevemente que o município não teve aumento de recursos, mas houve aumento de funcionários e a verba do FUNDEB não acompanhou o crescimento. A presidente informou que pediu os extratos atualizados para o responsável do financeiro e que assim que ele encaminhar, dará ciência ao colegiado, pois não conseguiu acessar os extratos pelo Banco do Brasil, pois o sistema está indisponível para consulta pública no momento. O Conselheiro Rodrigo junto aos demais conselheiros questionam se essa contenção de despesas que a própria SME informa através de comunicados sobre contratação de estagiário, qualificação, funcionários, as escolas sem telefone, sem papel higiênico etc, se dão em função de garantir o pagamento dos funcionários da educação? Por quanto tempo a contenção de gastos e qual seu objetivo? Quando as linhas telefônicas serão ativadas nas escolas? Solicitando esclarecimentos através de ofício, pois a falta de gerência dos recursos públicos destinados para tal, tem causado um transtorno em ambas deficiências estruturais e financeira aos funcionários da educação, além de outras inúmeras demandas essenciais não atendidas, a pedido do Conselheiro morando

Presidente se manifesta entendendo a situação porém pede foco nas demandas do FUNDEB referente a pagamentos etc., que as demais pode passar para a presidente do Conselho Municipal de Educação e do Conselho de Alimentação Escolar, através de ofício. O Conselheiro Morando pergunta se a resposta do ofício 02/26 referente ao a solicitação de inspeção do transporte escolar foi respondido, a presidente informa que até o momento sem retorno, o conselheiro propões reiteração do mesmo, esclarece que existe um Projeto de Lei de nº 102 do Vereador João do cavalo que visa promover a transparência e eficiência na segurança do transporte escolar municipal, seja prefeitura ou particular, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma adequada, além de assegurar a integridade física dos estudantes que utilizam o transporte. Ato contínuo a presidente segue com as comunicações expedidas e recebidas, sendo expedida o ofício 02/2026 e recebidas tivemos algumas fotos que se deu por conta das críticas do MAVS SIOPE, disponibilizados no grupo, porém não havia nenhuma resposta sobre os questionamentos feito por diversas vezes, o que foi modificado no MAVS SIOPE 2020, muitas vezes tentativas de explicações oral, pelos setores envolvidos, porém nós conselheiros precisamos de documentos comprobatórios, e que a cada hora é apresentado uma justificativa, na qual não temos acesso as documentações. O conselheiro Rodrigo questiona porque a sra. Suraida não pode fazer uma carta se responsabilizando por qualquer irregularidade e porque nós conselheiros não podemos aprovar? Os conselheiros respondem que foi aprovado através de votação que não aceitaríamos mais dessa forma para validação, considerando que somos órgãos fiscalizadores e precisamos ter acesso a documntações e não se basear em declarações de responsabilidade de alguém, complementa que ficaremos patinando caso não entreguem as documentações necessárias, que não vê irregularidade e que propõe votação para voltar a aceitar a declaração de responsabilidade da Suraida novamente, a conselheira Márcia apoia. Em votação o colegiado permaneceu com a negativa de continuar recebendo declarações de responsabilização por parte do Controle Interno. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos", com a ata redigida e assinada por mim, Vanessa na qual assinam todos os presentes e cientes.


 Priscila Duarte Baldini
 Presidente


 Vanessa Brito Mendes
 Vice-Presidente


 Suraida


 Márcia


 Rodrigo

